continuação

pondentes encargos, variações monetárias ou cambiais incorridas até a data do balanço. **3.12. Operações de compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE** - Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela Entidade ou por estimativa preparada pela Administração da Companhia, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente. **3.13. Reconhecimento da receita** - As receitas operacionais são reconhecidas quando: (i) o valor da receita é mensurável de forma confiável; (ii) os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito à transação podem ser mensurados de maneira confiável; (iii) é provável que os benefícios econômicos sejam recebidos pela Companhia; e (iv) os riscos e benefícios tenham sido integralmente transferidos ao comprador. A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de descontos e/ou bonificações concedidos e encargos sobre vendas. A receita de fornecimento de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é faturada. A receita não faturada, relativa ao ciclo de faturamento mensal é apropriada considerando-se como base a carga real de energia disponibilizada no mês e o índice de perda anualizado. A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento. A receita de comercialização de energia é registrada com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). **3.14. Receitas financeiras e despesas financeiras** - As receitas financeiras abrangem receitas de juros reconhecidos no resultado, através do método dos juros efetivos. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito da Companhia em receber o pagamento é estabelecido. As distribuições recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto a valor presente das provisões. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2013	2012
Caixa	2	3
Bancos	-	14
Aplicações financeiras	1.399	1.285
	1.401	**1.302**

4.1. Aplicações financeiras	**2013**	**2012**
Aplicação em CDB	1.312	1.284
Aplicação em CDI	87	1
	1.399	**1.285**

As aplicações financeiras vigentes estão de acordo com as práticas e taxas praticadas no mercado, sendo a sua modalidade "CDB/RDBI/CDI". Com taxa média de rendimento correspondente a 0,5%. Essas aplicações possuem liquidez imediata com mudança insignificante ao valor registrado.

5. Impostos a recuperar

	2013	2012
COFINS	1.408	1.263
PIS	312	274
(-) Provisão IR s/ aplicação financeira	(14)	(14)
Outros	3.313	3.270
	5.019	**4.793**
(-) Parcela não circulante	(3.956)	(4.111)
	1.063	**682**

Os créditos de PIS/COFINS são condizentes com o artigo 6º da Lei nº 11.488/2007, que trata dos impostos recuperáveis sobre edificações e o artigo 3º, parágrafo 14 da Lei nº 10.833/03, com redação dada pelo artigo 21 da Lei nº 10.865/04 que trata dos impostos recuperáveis na aquisição de máquinas e equipamentos integrantes do imobilizado. **6. Adiantamentos concedidos**

	2013	2012
Adiantamentos a fornecedores	1.784	2.920
Adiantamentos a funcionários	19	12
Outros adiantamentos	912	79
PECLD	(900)	-
	1.815	**3.011**

7. Partes relacionadas

	2013		2012	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
BMM Participações e Investimentos Ltda.	1.163	-	919	-
BMM Sultan Aythee Ltda.	2.726	-	34	-
Brasil Central Engenharia Ltda.	-	11.827	-	4.869
Buriti Energia S.A.	596	-	593	-
Curuá Energia S.A.	-	16.109	-	16.141
(-) Juros a transcorrer Curuá Energia S.A	-	-	-	(5.891)
Fatex Construtora e Incorporadora Ltda.	437	-	-	-
Filadelfo dos Reis Dias	3.220	-	2.200	-
Grupo Dias Investimentos e Participações S.A.	1.219	-	1.188	-
Lerans Energia Ltda.	-	120	-	283
Mara Daisy Gil Dias	-	8	957	1.000
Mafe Energia e Participações Ltda.	1	-	-	-
Iluminatti Comercio de Energia Elétrica Ltda.	-	14.147	-	13.150
International Power	385	-	835	-
Ipe Oper e Manutenção de Sistemas	802	-	794	-
Kullinan Engenharia e Construções Ltda.	320	-	251	-
Demais	2.079	485	1.310	485
	12.948	**42.696**	**9.081**	**30.037**

Os empréstimos de mútuo contratados financiam as obras, as instalações e a compra de equipamentos vinculados à geração e transmissão de energia elétrica. As cláusulas contratuais preveem que as partes convencionaram vigência dos contratos por prazo indeterminado e dispensa da cobrança de juros remuneratórios, com pagamentos de acordo com a disponibilidade do caixa. **Remuneração do pessoal-chave da administração** - Durante o ano de 2013 foram pagos R$ 18.936 (em 2012, R$ 18.264 mil) relativos à remuneração dos Administradores.

8. Imobilizado

Em serviço	Taxas depreciação	Custo	Adições	Baixas	Depreciação acumulada	Saldo em 31/12/2012
Geração						
Reservatório, barragem e adutora	2%	738	-	-	(51)	687
Edificações e benfeitorias	4%	61.654	-	-	(8.372)	53.282
Equipamento geral	3%	9.034	81	(14)	(1.077)	8.024
Transmissão						
Condutor do sistema	2,5%	29.168	5.000	-	(2.794)	31.374
Equipamento geral	3%	1.768	-	-	(211)	1.557
Administração Central						
Móveis e utensílios	10%	197	4	-	(87)	114
Máquinas e equipamentos	10%	676	12	(1)	(146)	541
Veículos	20%	250	-	-	(136)	114
Equipamentos de informática	10%	161	13	(1)	(98)	75
Edificações e benfeitorias	4%	23	-	-	(1)	22
Total do imobilizado em serviço		**103.669**	**5.110**	**(16)**	**(12.973)**	**95.790**
Em curso						
Geração						
Obras em andamento		474	-	(3)	-	471
Adiantamento a fornecedores		699	-	(57)	-	642
Total do imobilizado em curso		**1.173**	**-**	**(60)**	**-**	**1.113**
Total do imobilizado		**104.842**	**5.110**	**(76)**	**(12.973)**	**96.903**

Em serviço	Taxas depreciação	Custo	Adições	Baixas	Depreciação acumulada	Saldo em 31/12/2013
Geração						
Reservatório, barragem e adutora	2%	738	-	-	(65)	673
Edificações e benfeitorias	4%	61.654	62	(11)	(10.989)	50.716
Equipamento geral	3%	9.101	552	(78)	(1.353)	8.222
Transmissão						
Condutor do sistema	2,5%	34.168	-	-	(3.968)	30.200
Equipamento geral	3%	1.768	6	(1)	(264)	1.509
Administração Central						
Móveis e utensílios	10%	201	1	-	(111)	91
Máquinas e equipamentos	10%	687	32	(5)	(221)	493
Veículos	20%	250	76	(7)	(190)	129
Equipamentos de informática	10%	173	31	(5)	(131)	68
Edificações e benfeitorias	4%	23	-	-	(2)	21
Total do imobilizado em serviço		**108.763**	**760**	**(107)**	**(17.294)**	**92.122**
Em curso						
Obras em andamento		471	-	-	-	471
Adiantamento a fornecedores		642	1.464	-	-	2.106
Total do imobilizado em curso		**1.113**	**1.464**	**-**	**-**	**2.577**
Total do imobilizado		**109.876**	**2.224**	**(107)**	**(17.294)**	**94.699**

O Artigo 8º da Resolução nº 343, 25 de junho de 2002, da Agência Nacional de Energia Elétrica - (ANEEL) determina que ao final do prazo da autorização de exploração em vigor, não havendo prorrogação, os bens e instalações vinculados à produção de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União mediante indenização dos investimentos realizados, desde que previamente autorizados e ainda não amortizados, apurada por auditoria da ANEEL, ou poderá ser exigido que a autorizada restabeleça, por sua conta, o livre escoamento das águas. De acordo com os artigos nº 63 e 64 do Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. Para tanto, se afirma que imobilizado está livre de ônus e/ou garantias.

9. Fornecedores

	2013	2012
Encargos de uso da rede	377	376
Fornecedores de energia elétrica	-	983
Materiais e serviços de terceiros	10.785	19.515
	11.162	**20.874**

10. Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Taxas	Garantias	2013	2012
Capital de Giro	5,80 a 19% a.a. + CDI	Fiança e cessão de direitos creditórios	2.369	25.256
Conta garantida			19	-
Arrendamento mercantil	28.94% a.a.	Alienação de bens	293	411
			2.681	**25.667**

	2013	2012
Circulante	2.570	23.418
Não circulante	111	2.249
	2.681	**25.667**

Os vencimentos dos empréstimos e financiamentos do passivo não circulante estão assim distribuídos:

	Vencimento						
	2015	2016	2017	2018	2019	Após 2019	Total
Valores	111	-	-	-	-	-	**111**

Os financiamentos de capital de giro foram captados junto a instituições financeiras nacionais para suporte das atividades operacionais da Companhia, cuja amortização dos juros e principal são mensais. ***Garantias*** - As garantias são cessão fiduciária de aplicações financeiras de terceiros garantidores e de direitos creditórios decorrentes de venda mercantil e de prestação de serviços.

11. Obrigações tributárias

	2013	2012
ICMS ST	3.139	3.084
CSLL à recolher	3.447	3.104
IRPJ à recolher	1.866	1.112
Contribuições sociais	2.158	1.245
Parcelamentos	4.042	1.503
Outros	1.418	1.412
	16.070	**11.460**

	2013	2012
Circulante	12.392	9.543
Não circulante	3.678	1.917
	16.070	**11.460**

12. Provisão para contingências

a) Composição

	2013	2012
Ações cíveis	1.386	26
	1.386	**26**

b) Movimentação

	2012	Adições	Baixas	2013
Ação cíveis	26	1.360	-	1.386
	26	**1.360**	**-**	**1.386**

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgão governamentais, decorrentes do curso normal de operações, envolvendo questões cíveis e outros assuntos. As demandas judiciais são avaliadas e revisadas periodicamente, com base em pareceres de advogados.

13. Patrimônio líquido

a) Capital social - O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 20.060, dividido em 20.060.000 (vinte milhões e sessenta mil) ações, no valor nominal unitário de R$ 1,00 (um real) cada, assim distribuídos entre os acionistas:

Acionistas	Tipo A	Tipo B	%
Mara Daisy Gil Dias	59.400	20.000.000	99,997%
Ana Paula Gil Dias	600	-	0,003%
	60.000	**20.000.000**	**100%**

As ações tipo B tem prioridade na distribuição de dividendos até o montante de capital atribuído ao respectivo tipo de ação. **b) Reservas legal** - Nos termos no Art. 193 da Lei 6.404/76, 5% do lucro líquido do exercício da Companhia é destinado á constituição da "Reserva legal", a fim de assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital. **c) Reserva de retenção de lucros** - Nos termos dos artigos 197 e 202 da Lei nº 10.303/01, a administração da Companhia propõe a destinação do saldo remanescente de lucros acumulados do exercício no montante de R$ 10.180 à constituição de reserva de retenção de lucros, arguido nos seus orçamentos de capital. **d) Reservas de incentivos ficais** - Em 23 de dezembro de 2010, a superintendência do desenvolvimento da Amazônia, - SUDAM considerando o disposto na lei complementar n.º 124/2007 expediu o Laudo Constitutivo n.º 109/2010 atribuindo á Companhia o direito á redução do imposto de renda e adicionais não-restituíveis, ao percentual de 75%, calculados sobre o lucro da exploração, tendo a Companhia cumprido as exigências legais constantes no processo n.º 59004/000499/2010-48, o referido benefício tem seu início a partir do ano-calendário de 2010 até o ano-calendário de 2019. Sendo assim, o saldo de R$ 9.558 da conta de reserva de incentivos fiscais, é o valor resultante da redução do IRPJ do ano-calendário de 2010, o qual somente poderá ser utilizado para absorção de prejuízo ou aumento de capital, conforme artigo 19 § 3º do Decreto - lei n.º 1.598/1977.

14. Receita Operacional líquida

	2013	2012
Receita com fornecimento	69.893	67.680
Outras receitas	60	60
(-) PIS	(1.116)	(1.097)
(-) COFINS	(5.140)	(5.053)
(-) ICMS substituto tributário	(2.606)	(1.257)
	61.091	**60.333**

15. Custos dos serviços vendidos

	2013	2012
Aquisição de energia elétrica para revenda	(24.678)	(21.398)
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição	-	(146)
Custo de operação	(488)	(10.416)
Depreciação e amortização	(4.134)	(3.949)
	(29.300)	**(35.909)**

16. Despesas gerais e administrativas

	2013	2012
Combustíveis e lubrificantes	(85)	(85)
Aluguéis de máquinas e veículos	(10)	(16)
Serviços prestados por terceiros PJ e PF	(1.294)	(747)
Reparos, obras e instalações	(102)	(46)
Materiais para manutenção e consumo	(309)	(146)
Viagens e estadias	(594)	(810)
Fretes e carretos	(49)	(14)
Despesas com pessoal	(432)	(504)
Outros	(83)	(262)
	2.958	**(2.630)**

17. Despesas tributárias

	2013	2012
FGTS/INSS	(187)	(193)
ICMS	(197)	(17)
IOF	(2)	(2)
IPVA	(5)	(2)
Multas e juros	(782)	(251)
Outras despesas tributárias	(72)	(84)
	1.245	**549**

18. Resultado financeiro

	2013	2012
Receitas financeiras		
Receitas de aplicações	87	102
Outras receitas	3	-
	90	**102**
Despesas financeiras		
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	(7.653)	(5.691)
Juros de mora	(3)	(1)
Outras despesas	(4)	(7)
	(7.660)	**(5.699)**
	(7.570)	**(5.597)**

19. Instrumentos financeiros

A Companhia mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir (taxa de juros e etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. Em atendimento ao CPC 38 - Instrumentos financeiros reconhecimento e mensuração, os saldos contábeis e os valores de mercado dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial em 31 dezembro de 2013 estão identificados a seguir:

	Saldo contábil	Valor de mercado (não auditado)
Caixa e equivalente de caixa	1.401	1.401
Fornecedores	(11.162)	(11.162)
Empréstimos e financiamentos	(2.681)	(2.681)
	(15.244)	**(15.244)**

Aplicações financeiras - São definidos como ativos designados pelo valor justo por meio do resultado e mantidos até o vencimento. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são idênticos ao valor justo em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas na variação do CDI e Selic. Contas a receber, outras contas a receber, fornecedores e outras contas a pagar decorrem diretamente das operações da Companhia, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável. O valor contábil se equivale ao valor justo tendo em vista o curtíssimo prazo de liquidação dessas operações (menos de 90 dias). Financiamentos - São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação que de acordo com entendimento da Administração reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características exclusi-

continua